



Sector Farmacêutico: inovar para curar

DORES DE CRESCIMENTO E DE RECUPERAÇÃO

Saído da pandemia, o sector farmacêutico aposta cada vez mais na inovação. Portugal tem oportunidades concretas nesta área, mas desafios incontornáveis como a dificuldade de acesso à medicação e os contornos regulatórios. Saiba como a indústria encara o desígnio da recuperação e crescimento em 2023.

ANÁLISE

Inovação soma valor social e económico, mas Portugal tarda em acompanhar ■ P2

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Ambiente de trabalho diverso, inclusivo e digital ■ P4

JE TALKS

Guilherme Monteiro Ferreira

Diretor de Acesso ao Mercado e Relações Externas da GSK em Portugal

"Temos de ter uma mudança de paradigma" ■ P10



FÓRUM

Que desafios enfrenta o sector da indústria farmacêutica em 2023 ■ P7

Especial Sector Farmacêutico: inovar para curar

EDITORIAL

Um sector farmacêutico pintado a duas cores



Nuno Vinha
Subdiretor

Dá gosto falar com o diretor geral de uma grande farmacêutica e ser surpreendido com frases como “o talento [neste sector] é um tesouro escondido que Portugal tem”.

Há cada vez mais jovens a sair das universidades prontos para engrossar as fileiras das “pharmas” e criar valor para os seus acionistas. Há cada vez mais destas “pharmas” que ou têm sede em Portugal ou têm ADN português (como agora se diz quando o empreendedor é nacional, mas o risco é assumido por capital de fora). E sim, há mais universidades a trabalhar bem com as empresas para potenciar tudo isto.

Esta é a parte boa da conversa, mas não é a única parte da conversa. Há obstáculos ao negócio, há barreiras regulatórias e estatais, “uma realidade tenebrosa” que ensombra este quadro. E porquê? Porque no caso das farmacêuticas, os obstáculos representam dias, meses ou anos até que um novo produto, inovador e capaz de salvar muitas vidas, chegue ao mercado. E, neste aspeto, Portugal tem desvantagens óbvias face a outras geografias do dito primeiro mundo.

Em primeiro lugar, não é um Estado rico. Pelo contrário. Está há décadas apertado entre um crescimento anémico e uma dívida pública monstruosa, sempre com uma necessidade imperiosa de manter contas certas sem nunca pôr em causa a receita fiscal (o alimento do monstro em que se transformou o Estado).

Por outro lado, tem uma das populações mais envelhecidas da Europa. Isso significa cada vez mais idosos, com cada vez mais necessidade de medicamentos e tratamentos para remediar doenças emergentes.

A combinação destas duas evidências leva-nos a outra. Os recursos de Portugal neste sector deveriam servir para apostar no óbvio: a prevenção. Nas crianças e nos adultos, o que pouparia recursos futuros. ■

ANÁLISE

Inovação soma valor social e económico, mas Portugal tarda em acompanhar

A indústria farmacêutica elenca inúmeros desafios regulatórios, estratégicos e até sociais para o futuro. Num contexto pós-pandémico, a inovação é chave para alavancar o potencial nacional neste sector.

JOÃO SANTOS COSTA
jcosta@medianove.com

O sector farmacêutico é uma indústria crucial para o desenvolvimento, produção e distribuição de medicamentos e terapêuticas vitais para a manutenção e melhoria contínua da saúde pública. Saúde pública essa que, em retorno, poupa milhares de milhões de euros por ano aos Estados. Ao longo dos últimos anos, a indústria tem vindo a atravessar crescentes e aceleradas transformações, alimentadas por avanços científicos e tecnológicos, mas o papel das políticas regulatórias começa a pesar cada vez mais na mente dos decisores, sobretudo quanto ao rumo do investimento futuro. A somar a isto, nunca a procura por serviços e produtos de saúde foi tão elevada. Volvida uma pandemia, o sector está numa posição muito diferente e, para uns, até vantajosa. Mas não garantida, importa recordar.

A indústria a nível global gera mais de 1,3 biliões de euros todos os anos - um valor que diz respeito a diferentes segmentos, desde as tradicionais farmacêuticas às firmas biotecnológicas, que ganham acrescida relevância.

E se a indústria é uma locomotiva que não abrandará o ritmo, a Investigação & Desenvolvimento (I&D) são o vapor que a fazem andar. O sector investe dezenas de milhares de milhões de dólares todos os anos na investigação e desenvolvimento de novas moléculas, fármacos e terapêuticas. A esmagadora maioria pode até nem sair do papel, mas tenta-se. O processo até chegar às farmácias ou ambientes hospitalares pode levar anos, muitas vezes décadas. Mas aí, será hora de rentabilizar o investimento, antes que a patente se esgote. Feito o retrato, há que entender

que esta indústria encara um cenário quase inédito: depois de uma pandemia que implicou a concentração de esforços e capitais como nunca antes se viu, farmacêuticas e associações do sector ouvidas pelo Jornal Económico denunciam uma realidade tenebrosa, causada por barreiras regulatórias e estatais e desafios que não se encaram com leveza. Afinal, como dizem, o medicamento tem um valor social e um valor económico, na medida em que o bem-estar geral da população se reflete (e de que forma) na economia real.

“Há que ter em conta o impacto da inovação terapêutica na sociedade, sendo o medicamento um dos maiores responsáveis pelo aumento da esperança de vida e pela

melhoria da sua qualidade”, refere um representante de um dos maiores laboratórios a nível mundial ao JE. Em Portugal, e considerando apenas oito das doenças mais prevalentes, a inovação nos fármacos adicionou dois milhões de anos de vida saudável desde 1990. Isto significa, na prática, que a inovação no sector evitou mais de 110 mil mortes e contribuiu para o aumento da esperança média de vida em até dez anos. As conclusões são do estudo “O Valor do Medicamento em Portugal”, elaborado pela Apifarma e pela McKinsey. Além disto, há que contabilizar o efeito direto económico de uma boa saúde: contas do mesmo relatório apontam para que os fármacos inovadores tenham permitido aos pacientes retomar a produtividade mais depressa, nomeadamente reduzindo o tempo de hospitalização e outros custos de contexto, o que gera cerca de 280 milhões de euros por ano em rendimento disponível adicional. Isto é, uma média de 1.000 euros por mês, por família.

Assim, é inegável que o sector farmacêutico tem não só um papel social como económico na conjuntura nacional e global. Papel esse que a indústria diz ser demasiado importante para o “desinvestimento crónico” por parte do Estado.

Todos os líderes de sector consultados pelo JE alertam para a dificuldade de acesso dos doentes portugueses à medicação inovadora. O atraso, referem, é “muito tardio comparativamente” a outros países europeus. As conclusões do relatório “WAIT Indicator 2021”, da EFPIA, mostram que os portugueses aguardam em média quase dois anos para terem acesso a novos remédios. O cenário é ainda mais drástico na oncologia, onde a espera ultrapassa os 753 dias.

Líderes de sector consultados pelo JE alertam para a dificuldade de acesso à medicação inovadora. O atraso é “muito tardio” face a outros países europeus



Unsplash

E num contexto de pós-pandemia, que veio entortar as projeções de crescimento das farmacêuticas [ver texto ao lado], somam-se os abalos introduzidos pelo conflito em solo europeu. A invasão russa da Ucrânia gerou um processo inflacionário mundial e uma crise energética que o sector sentiu de imediato.

“Enfrentamos aumentos nos custos de *inputs* de produção de medicamentos, num mercado de preços altamente regulado”, diz outra fonte do sector ao JE. “Tendo em conta a situação atual, é recomendável alguma estabilidade normativa no campo do do regime de preços dos medicamentos e é necessário acomodar os aumentos de preços para cobrir a inflação dos *inputs* da Indústria Farmacêutica”, acrescenta, ressaltando que só dessa forma será possível “garantir a melhor disponibilidade de medicamentos e a mitigação de ruturas”.

Depois de 2022, que foi um ano marcado por profundas debilidades nas cadeias de abastecimento e pela conjuntura inflacionária, outro líder de uma empresa farmacêutica assinala um aumento de custos, dentro da indústria, na ordem dos 15% a 20%, que “foi totalmente absorvido” pelas empresas.

Esta mesma fonte aponta o dedo ao Infarmed para criticar o novo regime de avaliação da inovação e acesso ao mercado que, na sua opinião, “reforça o processo de aprovação de novos medicamentos pouco transparente, com uma seleção de comparadores impossível e pedido de informação clínica impossível de obter”. Além disso, os já mencionados contratos de avaliação prévia e de comparticipação (CAP) dos medicamentos inovadores “não são revistos” e encontram-se desatualizados, refere. O sector acredita estar perante um “nível de incerteza cada vez mais inaceitável para as empresas”, mas nem tudo é uma tempestade.

Há oportunidades concretas de revitalização dos negócios farmacêuticos no país, nomeadamente e mais imediatamente, através das agendas mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). As prioridades devem estar centradas na reindustrialização, mencionam alguns gestores, desde logo para reduzir a sobredependência externa, tanto em matéria-prima como em fabrico.

Também a tecnologia surge com promessas cativantes dentro do sector, com a utilização inteligente de dados a permitir a interoperabilidade e a análise decorrente da I&D. Promessas mais longíquas, mas igualmente entusiasmantes, desvendam um futuro onde os fármacos serão feitos à medida das nossas necessidades biológicas. O potencial para isso existe, garantem os responsáveis da indústria. Existe também o conhecimento e o talento necessário, mas falta infraestrutura, investimento e um foco nacional nesse sentido que passa, obrigatoriamente, pela simplificação regulatória. ■

MERCADOS

Indústria diversifica investimento e revê crescimento

O futuro das farmacêuticas implica um reformular de prioridades e um reajustar das expectativas de lucro.

JOÃO SANTOS COSTA
jcosta@medianove.com

Se o ano passado foi marcado por uma relativa bonança para a indústria farmacêutica global, apesar de pontuais exceções, 2023 arranca com algumas lombas pela frente. Por um lado, o expectável declínio da procura por terapêuticas ligadas à Covid-19 fez-se sentir nas projeções das grandes farmacêuticas para este ano. Por outro lado, a instabilidade legislativa e regulatória faz com que as empresas - sobretudo as grandes multinacionais - ponderem, reavaliem e até adiem decisões de investimento estratégico regional e nacional.

Mas, sobretudo, há uma mudança de foco, que afasta as atenções dos medicamentos convencionais e que empurra os departamentos de Investigação & Desenvolvimento (I&D) ao encontro de pastagens mais férteis e mais rentáveis. O que também não tem ajudado às contas das farmacêuticas é o conflito a leste: a quebra de algumas cadeias de distribuição e até consideráveis atrasos (e escassez) de algumas matérias-primas faz escorregar os calendários dos laboratórios a nível mundial. Além disso, como refere a presidente da Apogen, Ana Valente, na JE Talks [ver página 6 deste especial], há matérias-primas centrais provenientes dos dois países envolvidos no conflito.

De resto, tanto cá, como lá, o fenómeno inflacionário pesou nos saldos das grandes farmacêuticas que, apesar de registarem significativos lucros em 2022, mostram-se conscientes e cautelosas nas expectativas para este ano, com projeções não tão sorridentes, nalguns casos, e estranhamente confiantes, noutros.

É o caso da Merck, que nos resultados mais recentes, endereçados aos acionistas, diz que este ano será “desafiante”, em parte pela persistente quebra no mercado de semicondutores, mas sobretudo pela descida a pico da procura por serviços e produtos relacionados com a pandemia. Com esse cenário pela frente, a Merck antecipa ainda assim um crescimento das receitas “ligeiro a sólido”, mas avisou logo à partida que os lucros não vão ser tão elevados.

Os mares também estão agitados na Haleon, a subsidiária da GSK, que assinalou no seu *briefing*

de apresentação de resultados anuais que o aumento dos custos das matérias-primas e as perdas no câmbio internacional vão obrigar a um reajuste nas previsões financeiras para este ano. Enquanto que as receitas da empresa cresceram 9% em 2022, a projeção é de que o crescimento abrande para 4% ou 6% em 2023.

No sentido contrário, a Eli Lilly, que fez manchetes recentemente com a decisão de tabelar o preço da insulina no mercado norte-americano, viu os seus resultados ficar aquém das estimativas de Wall Street, mas reviu em alta as projeções de lucro para este ano. O foco da empresa vira-se para uma nova geração de medicamentos para a diabetes e para terapias oncológicas, já que a receita vinda dos anticorpos de Covid-19 foi residual - um cenário partilhado por quase todas. Com um foco renovado nos seus medicamentos *blockbuster* e com ensaios clínicos direcionados à Alzheimer a decorrer, a empresa olha para o futuro com otimismo e espera ver os lucros crescer moderadamente em 2023.

Já no final de janeiro, também a Johnson & Johnson (J&J) confirmou aos investidores a projeção de aumento dos lucros este ano, um crescimento sustentado por novos tratamentos oncológicos.

Por toda a indústria farmacêutica paira um cenário misto. As empresas que meteram as fichas todas no desenvolvimento de vacinas para a Covid-19 revêem em baixa o crescimento, e as que souberam diversificar a aposta de produção e sobretudo no desenvolvimento e investigação de novas terapêuticas parecem mais tranquilas ao encarar um cenário macroeconómico em nada fácil de digerir. As atenções desviam-se da urgência pandémica e viram-se cada vez mais para tendências incontornáveis. Uma dessas tendências passa pela personalização das terapêuticas, uma aposta que já suga boa parte do investimento das multinacionais. A capacidade de personalizar moléculas com base no ADN individual do paciente promete ser, além de extremamente eficaz a nível de tratamento, altamente lucrativo para os acionistas.

As empresas até poderão encarar um *feedback* misto dos consumidores, à luz de algumas práticas de preço, mas o interesse das farmacêuticas para os investidores continua inegável. ■

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Ambiente de trabalho diverso, inclusivo e digital

GSK e Bayer respondem aos desafios do talento e da digitalização com políticas que priorizam o desenvolvimento dos colaboradores e os novos modelos de trabalho.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@medianove.com

A Bayer tem, desde o final do ano passado, nova morada no World Trade Center Lisboa, em Carnaxide. Os 1250 m2 foram pensados e concebidos para integrar os novos modelos de trabalho e continuar a fortalecer a cultura da centenária farmacêutica alemã, que conta com 156 colaboradores no nosso país.

Maria João Lourenço, diretora de Recursos Humanos da Bayer em Portugal, diz ao Jornal Económico que as capacidades digitais fazem parte do dia-a-dia da farmacêutica desde há muito, mas o modelo híbrido de trabalho acelerou o uso de ferramentas de contacto e de trabalho conjunto. No recrutamento assiste-se a uma verdadeira revolução.

“Apesar de nunca dispensarmos uma entrevista presencial, que consideramos ser um exercício crítico e de descoberta mútua, utilizamos uma solução digital que nos faz uma pré-selecção dos candidatos”, adianta.

Esta ferramenta, que incorpora inteligência artificial, faz a leitura de todos os potenciais candidatos, cruzando a informação do LinkedIn e as necessidades específicas da Bayer. Resultado? Os recrutamentos são “mais ágeis” e com um raio de alcance muito maior, colocando no radar potenciais candidatos não declaradamente presentes no mercado, mas que fazem o *match* com o que a empresa procura.

“Todos ganhamos com a introdução da inteligência artificial”, afirma. A Bayer ganha com “a velocidade e a qualidade dos perfis identificados” e “os talentos alargam as suas possibilidades, até para desafios que de outra forma seriam difíceis de chegar até si”.

O desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores é uma etapa crítica em qualquer empresa. Na Bayer, uma babel com 99 mil colaboradores, a resposta ao desafio tem o nome de Go/Learn. Uma ferramenta “poderosíssima” e de longo alcance, nas palavras de Maria João Lourenço. “A oferta de curriculum formativo ligado às áreas de responsabilidade quotidiana de cada um” funciona em associação com “outras soluções de desenvolvimento escolhidas por cada colaborador de acordo com as suas preferências pessoais”.



Bloomberg

Guilherme Monteiro Ferreira, diretor de Acesso ao Mercado e Relações Externas da GSK Portugal, ao Jornal Económico.

O grau de satisfação é avaliado por um *survey* anual e, também, em diferentes momentos, formais e informais, ao longo do ano. “Algo que nos deixa altamente motivados é saber que 93% dos nossos colaboradores sentem que o seu trabalho tem um propósito especial e que é muito mais do que um emprego”, adianta. Mais. “95% dos meus colegas classificam a GSK como excelente empresa para trabalhar. E mais importante ainda: 97% dos colaboradores têm orgulho em trabalhar nela”.

Não é por acaso que a GSK surge há dois anos consecutivos na lista das dez melhores empresas para trabalhar em Portugal do Great Place to Work Institute. “Colaboradores motivados, felizes e ‘engajados’ com a cultura e propósito da organização, são um elemento crítico para o nosso sucesso”, salienta.

Investir nas capacidades dos profissionais, reconhecer e premiar os bons desempenhos e procurar que continuem a crescer no “mundo GSK”, seja localmente, seja nos países onde a empresa tem presença, são pilares da política de retenção de talento, adianta.

No Arquiparque, em Miraflores, a GSK Portugal conta com cerca de 130 pessoas, uma gota de água no universo dos 90 mil que emprega no mundo. Para apoiar o crescimento e desenvolvimento dos seus colaboradores à escala global, o grupo tem um portal interno de desenvolvimento – Keep Growing Campus – com diversos treinos e programas formativos, em diferentes áreas. Em 2021, os cursos e formações realizadas pelas suas pessoas totalizaram mais de 85 mil.

O grupo também disponibiliza um programa de aperfeiçoamento para lideranças intermédias – First Line Leader Training – que responde a cinco prioridades: tomada de decisões, gestão da mudança, *coaching*, gestão e persuasão, saúde e bem-estar.

Guilherme Monteiro Ferreira salienta a importância da diversidade, equidade e inclusão como elementos determinantes da cultura empresarial. “Para melhor respondermos às necessidades dos nossos doentes e às expectativas que a sociedade coloca em nós, precisamos apoiar as nossas pessoas em fazer da GSK uma empresa diversa e inclusiva”, conclui. ■

Trata-se de uma “biblioteca gratuita e quase infinita de conteúdos”, que proporciona acesso a conferências, artigos de revistas como a Harvard Business Review e *e-learning*s, em áreas como marketing, comunicação, vendas, inteligência emocional, colaboração, entre muitas outras.

“O mais interessante desta solução digital — salienta a responsável de Recursos Humanos — é que contraria a ideia do *one size fits all*. Permite à Bayer responder de forma individualizada e holística às necessidades e preferência da empresa e dos colaboradores”.

Na farmacêutica, as interações presenciais não desapareceram, mas as plataformas tecnológicas tornaram-se indispensáveis. Teams e Azzure aproximam os colaboradores e agilizam a monitorização de



Maria João Lourenço
Diretora de Recursos Humanos da Bayer Portugal



Guilherme Monteiro Ferreira
Diretor de Acesso ao Mercado e Relações Externas da GSK Portugal

trabalhos de equipa. Maria João Lourenço contrabalança e aponta para o saldo ganhador: “A digitalização é uma inevitabilidade com benefícios indiscutíveis para os talentos e para a Bayer, devendo ser sempre equilibrada com interações ou metodologias presenciais que trazem resultados e energias que nos completam a todos”.

GSK um exemplo no género

Na igualdade de género e na inclusão, a Glaxo Smith Kline (GSK) em Portugal é um exemplo: 60% dos cargos executivos são já ocupados por mulheres. A biofarmacêutica orgulha-se igualmente de dar a cada pessoa a liberdade para escolher se trabalha a partir de casa ou no escritório, no âmbito do programa Performance with Choice”.

“Isso é altamente valorizado”, diz



Unimos a ciência, tecnologia e talento para, juntos, vencermos as doenças

1. Inovação

- Investimento em I&D 2022: 5,488 milhões de libras.
- 89 projetos em programas de desenvolvimento clínico (em todas as fases de investigação).
- *Pipeline* com 69 vacinas e produtos *Specialty Care* (18 em fase 3).
- Mais de 20 novas aprovações desde 2017.

2. Performance

- 29,3 mil milhões de libras.
- *Specialty Care* (incluindo Oncologia): 11,3 milhões de libras.
- Vacinas: 7,9 milhões de libras.
- *General Medicines*: 10,1 milhões de libras.

3. Confiança

- Líder no *ranking* Access to Medicines (ATMI), pela oitava vez consecutiva.
- Desde 2010: -34% em emissões de carbono, -78% desperdício enviado para aterros sanitários, -31% utilização de água.
- Até 2030: impacto nulo no ambiente, limitar as emissões de gases de efeito de estufa e ter um impacto positivo na natureza.
- Investimento de 1,1 mil milhões de euros para acelerar (I&D) dedicada a doenças infecciosas de elevado impacto nos países em desenvolvimento.

#aheadtogether

Especial Sector Farmacêutico: inovar para curar



JE TALKS

É necessário criar riqueza “a nível nacional”

Os responsáveis lembram que existem diversas barreiras ao investimento da indústria farmacêutica em Portugal, desde o limite de encargos ao curto período das patentes. O resultado é uma balança comercial desequilibrada.

TOMÁS GONÇALVES PEREIRA
tpereira@medianove.com

O sector sofre de uma profunda falta de produção nacional, que gera dependência de “países terceiros”. Quem o diz é a diretora executiva da Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (Apogen), na JE Talks desta semana. Falou-se também sobre o estado da indústria dos medicamentos em Portugal, associado às barreiras e falta de incentivos que fazem desacelerar o desenvolvimento do sector. Ana Valente diz que este é um problema notado em anos anteriores e que “a pandemia e a guerra na Ucrânia vieram agudizar”, causando ruturas de *stock* pela queda da produção industrial na Ucrânia e na Rússia.

Neste contexto, é necessário “apostar na indústria farmacêutica”, de forma a aumentar a produção nacional. Ana Valente aponta os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) que indicam que Portugal tem um volume de ven-

das na ordem de 1,9 mil milhões de euros anuais mas, em contrapartida, importa medicamentos no valor de 3,8 mil milhões. Um desequilíbrio da balança comercial que reforça a necessidade de se fazer baixar a carga fiscal, que dificulta o investimento no país e torna mais difícil que se aproveite o potencial existente em Portugal.

“Nós temos *know-how*, temos tecnologia, estamos ao nível de qualquer país a nível europeu ou até a nível americano. Nesse aspeto, nós temos toda a capacidade instalada. Ela só não está a ser rentabilizada como deveria”, sublinha a responsável.

Os medicamentos genéricos permitiram ao Estado e, por consequência, às famílias, uma poupança na ordem de 509 milhões de euros em 2022, o que representa um valor recorde. No caso dos medicamentos biossimilares, estes permitiram resguardar 85 milhões de euros e chegaram a mais 43% de doentes. Significa isto um aumento acentuado no número de pacientes que tiveram acesso a terapêuticas “bastante dispendiosas”



A peça pode ser vista no JETV, a plataforma multimédia do Jornal Económico



Temos processos de dentro da autoridade que demoram cerca de dois anos para autorizar um novo medicamento. Se calhar, países como a Alemanha demoram 100 dias”

por um preço mais em conta, o que é uma ajuda altamente relevante nas carteiras das famílias portuguesas.

Guilherme Ferreira, diretor de acesso ao Mercado e Assuntos Externos da GSK, sublinha que se torna complicado justificar investir em Portugal nas condições que existem: “As condições para a indústria inovadora não são muito atrativas”. Para isto contribuem de forma clara os tempos demorados para fazer o medicamento chegar ao mercado, contrastantes com o tempo de duração das patentes.

“Temos processos de dentro da autoridade que demoram cerca de dois anos para autorizar um novo medicamento. Se calhar, países como a Alemanha demoram 100 dias”, lembra. Ultrapassada toda a burocracia, existem medicamentos que “têm cinco anos no mercado antes de queda de patente”, garante Ferreira, antes de referir que o Estado determina limites de encargos anuais (CAPs), o que se torna “muito castrador da investigação, porque afeta o retorno do investimento que podemos ter”, tornan-

do a produção de medicamentos menos atrativa, refere o responsável da GSK.

No que diz respeito à investigação, “temos de ter uma mudança de paradigma, até para a própria sustentabilidade e para garantir que as pessoas estão mais saudáveis e que continuamos a ter inovação e um foco maior na prevenção e na promoção da saúde”, áreas em que o investimento é demasiado reduzido. Do orçamento para medicamentos, apenas 2% é direcionado à prevenção. “Valores residuais”, atira.

O problema da crescente resistência a antibióticos está presente na mente dos dois responsáveis, com Guilherme Ferreira a abordar a falta de condições da indústria. “Nada incentiva uma indústria farmacêutica a trazer o antibiótico para o mercado”, já que o tempo que duração da patente, assim como o preço (limitado) que os serviços públicos estão dispostos a pagar pelos medicamentos deixa às empresas produtoras grandes dificuldades para rentabilizarem os valores investidos. ■

FÓRUM

Melhorar o acesso da população a novos medicamentos e vacinas

Especialistas ouvidos pelo Jornal Económico alertam para a necessidade de acelerar o acesso dos pacientes a terapias inovadoras, algo que não está acontecer devido a “constrangimentos financeiros”. **RODOLFO ALEXANDRE REIS**

Que desafios enfrenta o sector da indústria farmacêutica em 2023?



GUILHERME MONTEIRO FERREIRA
Diretor de Acesso ao Mercado e
Relações Externas da GSK em Portugal

Os maiores desafios são, essencialmente, aumentar, melhorar e acelerar o acesso da população portuguesa aos medicamentos e vacinas inovadores. Estes bloqueios devem-se a diferentes fatores, mas todos relacionados com constrangimentos financeiros. Começo pelos contratos com limites de encargos, impostos pelas autoridades e que limitam o número de doentes elegíveis que podem aceder à inovação, sobrepondo a componente financeira à prioridade clínica, suportada pela evidência epidemiológica. Em algumas áreas, estes limites ao acesso à inovação têm um enorme impacto e é algo que deveria ser considerado pelas autoridades, uma vez que está a penalizar os nossos doentes e em nada contribui para o reconhecimento de Portugal como um país referência no que diz respeito à ciência e inovação. O segundo desafio que gostaria de referir passa pela pouca importância que as nossas autoridades dão à prevenção, especialmente tendo em conta a realidade sociodemográfica do país: mais de 1/4 (28,5%) da população portuguesa tem mais de 65 anos, sendo que a qualidade de vida deteriora-se drasticamente após essa idade: depois dos 65 anos, os portugueses só vivem 7,3 anos com saúde, menos de metade do que acontece, por exemplo, na Suécia (16,2 anos com saúde). Face a esta realidade, é crítico repensar o investimento público dedicado à prevenção. Em 2019, o orçamento do Ministério da Saúde dedicado à prevenção representava apenas 2%, sendo que esta rubrica engloba diversas variáveis (consultas de cessação tabágica, campanhas de educação alimentar e, também, vacinação). De acordo com a informação disponível, apenas 0,5% do orçamento da saúde é dedicado à vacinação. Todo o investimento na prevenção da doença e promoção da saúde, sobretudo através da vacinação, é altamente custo-efetivo, uma vez que atenua a morbilidade e



gera poupanças, ao reduzir consultas médicas, tratamentos e hospitalizações evitáveis. Estudos independentes realizados na Europa sugerem um retorno de quatro euros por cada um euro investido. A Organização Mundial da Saúde reconheceu a necessidade de uma abordagem à vacinação ao longo da vida no seu Plano de Ação Global de Vacinação “Uma Vida Longa Para Todos”, apelando à prevenção das doenças infecciosas com maior expressão na população mais

velha. Assim, e tendo em consideração que a pandemia demonstrou a importância da vacinação, em todas as faixas etárias, para uma vida mais longa e com melhor qualidade, deve ser uma prioridade das autoridades repensar o enquadramento e a atenção dada à vacinação numa perspectiva de medida de promoção da saúde ao longo da vida.



MARCO DIETRICH
Managing Director & Country Division
Head Pharma da Bayer em Portugal

Do ponto de vista da Bayer, 2023 será um ano desafiante para a indústria farmacêutica em geral, e

em particular na Europa e em Portugal. Observo uma clara tendência de transferência de investimentos da Europa para outras áreas do mundo por parte da indústria farmacêutica. Assim, é importante unir forças e garantir o bom ambiente do ponto de vista das políticas farmacêuticas na Europa e nos Estados-Membros, atraindo investimentos para o crescimento económico e permitindo novas melhorias no sistema de saúde de forma sustentável, garantindo medicamentos disponíveis e acessíveis para todos europeus. Especificamente em Portugal, deveria ser um objetivo comum mudar o facto de os pacientes só terem acesso a novos medicamentos dois anos após estes estarem disponíveis, por exemplo, na Alemanha, o que compromete significativamente os resultados em saúde. Outro desafio é moldar o nosso modelo de entrada no mercado, que requer adaptação, uma vez que a pandemia abalou o sistema de saúde num mundo cada vez menos previsível devido à inflação, que continua alta, e às cadeias de distribuição e fornecimento ainda frágeis devido à escassez e rutura de matérias-primas. Portanto, garantir o fornecimento de medicamentos é um desafio, além de lidar com a alta pressão de custos decorrente da inflação e da crise de energia. Temos de repensar a maneira como operamos, repensar o modelo de negócio e controlar os custos. Como consequência, teremos de nos focar no avanço da transformação digital e numa atuação mais austera e centrada no cliente. Aqui em Portugal já trabalhamos hoje de forma muito mais ágil e interagimos de forma muito mais digital com os nossos clientes do que há 12 meses. E essa estratégia é suportada pela nossa recente mudança para o novo escritório. Além disso, devemos manter a perspetiva de longo prazo e continuar a investigação incansável em medicamentos inovadores. Portanto, na Bayer investimos fortemente em novas modalidades e medicina personalizada, com potencial não apenas para tratar doenças, mas também para curar doentes que sofram, por exemplo, de cancro. Somos apaixonados por seguir a nossa missão Bayer mission “Health for all and hunger for None”. Sabemos que a dimensão do nosso negócio significa que também temos uma grande responsabilidade. Estamos preparados para assumir e queremos assumir um compromisso ainda mais forte com a sustentabilidade, tanto no nosso sector como em ações paralelas.

Especial Sector Farmacêutico: inovar para curar



SÉRGIO ALVES
Country President da AstraZeneca em Portugal

São múltiplos os desafios que a indústria farmacêutica enfrenta. Desde logo, a nível supra nacional, o desafio da revisão da legislação farmacêutica europeia, com potencial de desequilibrar ainda mais a pegada desta indústria, no tabuleiro internacional, quando a pandemia nos mostrou a imperiosa necessidade de termos uma indústria farmacêutica forte, assente em cadeias de produção regionais. Ainda a nível europeu, o processo de operacionalização do Regulamento europeu de avaliação de tecnologias de saúde a vigorar a partir de 2025, cujo objetivo último é harmonizar a avaliação de valor terapêutico no espaço europeu, acelerando, por essa via, os processos de avaliação locais, mas cujos trabalhos iniciais têm levantado questões acerca da exequibilidade da sua implementação, dados os requisitos de informação que estão a ser considerados e os tempos da avaliação, para efeitos de aprovação de introdução no mercado destes medicamentos, pela própria Agência Europeia do Medicamento. A nível local, os desafios que enfrentamos não são, infelizmente, novos e prendem-se, essencialmente, com a necessidade imperiosa de garantir a disponibilização da inovação terapêutica aos doentes a quem se destina, no tempo certo e de forma equitativa. As estatísticas anualmente publicadas pelo *Patient WAIT Indicator*, que permitem comparar-nos com os restantes países da UE, mostram o muito caminho que temos a percorrer, quer em tempos para o acesso, atualmente superior a 600 dias, quer nas condições em que esse acesso é permitido, que alimentam desigualdades e iniquidades. Os desafios são grandes, mas grande é também a vontade e disponibilidade para colaborar na construção de soluções que garantam que o grande investimento feito em desenvolvimento de novos medicamentos, capazes de responder a necessidades médicas não preenchidas, cumpra o seu fim último de chegarem aos doentes, continuando a contribuir para os inegáveis ganhos de vida e de qualidade de vida que o investimento da indústria farmacêutica tem proporcionado.



ANDREA ZANETTI
Country Manager da Angelini Pharma em Portugal

2023 será mais um ano desafiante para a indústria farmacêutica, pois apesar de se manterem grande parte dos desafios dos anos transatos, acrescentam-se todos



Bloomberg

os desafios inerentes ao atual contexto socio-económico. Na Angelini a nossa prioridade mantém-se: melhorar a qualidade de vida dos doentes, através do desenvolvimento de terapêuticas inovadoras e que aportem valor acrescentado ao doente e ao sector da saúde. O contexto bastante incerto e volátil em que vivemos atualmente, incrementa os desafios que este sector enfrenta. Um dos principais novos desafios que este novo ambiente traz é ao nível do abastecimento de medicamentos ao mercado, não só pelo incremento dos custos de produção e distribuição, mas também pelas alterações que se verificam em diferentes mercados globais. Outro desafio, especialmente num país como Portugal, consiste no nível de acesso aos medicamentos. Esta acessibilidade é impactada pelo tempo e complexidade do processo de aprovação de preço e de participação. Este fator é fundamental para qualquer medicamento inovador num mercado de co-pagamento como é o português. Esta situação é evidente nos relatórios publicados, onde Portugal aparece com um período mais longo comparativamente com outros países da União Europeia. A demonstração do valor de novas terapêuticas tem de ser um dos aspetos mais valorizados, ainda mais depois dos anos de pandemia em que existiu uma clara priorização na área das vacinas. Além disso, tendo em consideração as necessidades dos profissionais de saúde, uma classe

que tanto e bom serviço presta á nossa sociedade e que está empenhada em conseguir melhor gerir as patologias, devemos em parceria manter um elevado foco no doente. A exigência inerente a um maior foco no doente deve ser acompanhada de uma preocupação e de um cuidado mais humanizado por parte de todos, na medida em que devemos procurar e demonstrar uma maior e melhor compreensão da experiência vivida pelo doente, tanto do ponto de vista físico como emocional. A este nível, temos também assistido a uma mudança, fruto do processo de digitalização de parte dos cuidados de saúde. Este processo de transformação digital é outros dos desafios que vamos continuar a enfrentar, procurando equilibrar sempre da melhor forma as mais-valias do processo de digitalização de parte da medicina, sem minimizar o papel insubstituível da interação humana. Esta vertente humana, ganhou ainda maior preponderância no pós-covid, onde se registou um incremento de situações ao nível da saúde mental da população, fruto de diversos fatores que impactaram drasticamente a sociedade e a maneira como a mesma funciona. Toda a área da saúde mental é uma das principais prioridades da Angelini Pharma. Por último, mas igualmente importante, será fundamental focarmo-nos em questões sociais relacionadas com a saúde, tais como a literacia e a equidade de acesso aos serviços de saúde e medicamentos.



ANABELA FERNANDES
Diretora Geral da Biogen em Portugal

O desafio passará pelo acesso à inovação, indo desde as dificuldades de acesso a medicamentos, até aos obstáculos à introdução da inovação, fatores que impactam negativamente a sustentabilidade do sistema de saúde. 2023 ficará marcado pela dificuldade de acesso principalmente no ambulatorio, mas também em mercado hospitalar, situação já assinalada por entidades como a APIFARMA [Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica] e a Ordem dos Farmacêuticos. Tudo isto surge da conjugação de fatores – da inflação aos custos de energia – que criaram um desequilíbrio entre a oferta e procura de medicamentos, sobretudo na Europa, para além do aumento dos custos de produção. Face a esta realidade, vários passos foram dados, desde logo o alargamento da atuação da EMA [Agência Europeia de Medicamentos] sobre este problema, até ao delinear de um plano europeu para incentivar a produção de inovação na Europa, de forma a reduzir a sua

dependência noutros mercados. Em Portugal recebemos com satisfação a revisão para cima do preço de alguns medicamentos com preços reduzidos, um passo importante no sentido de evitar a escassez de medicamentos. No entanto, importa não esquecer que a resposta a uma gestão eficaz dos sistemas de saúde não deve passar apenas por olhar para os gastos com medicamentos. Deve sim passar pela criação de um ambiente propício à introdução de inovação e, em paralelo, à sustentabilidade do sistema. Vejamos: um medicamento que se apresenta como uma inovação, após passar o crivo da avaliação pelo INFARMED, não deveria ter de superar tantas outras barreiras impostas pelos hospitais, como as aprovações pelas comissões de farmácia e terapêuticas hospitalares. Portugal continua a ser um dos países da Europa onde mais tempo decorre até à autorização de introdução de um medicamento, o que implica uma demora na resposta terapêutica que, a longo prazo, trará custos sociais e económicos. Isto sem esquecer outras questões fundamentais como uma maior aposta na investigação clínica, nomeadamente nos ensaios clínicos, ferramenta fundamental para o acesso dos doentes à inovação e até o acesso a biossimilares. Mas este caminho não se faz sozinho, sendo necessária uma concertação entre empresas, Estado e sociedade.